

# Democratização da propriedade

Salviano Guimarães

A propriedade tem sido, ao longo da história da humanidade, o fator dinâmico mais importante de seu desenvolvimento, sendo responsável pela grande maioria dos avanços sociais, ainda que em alguns casos, por meio de movimentos violentos.

No nosso século, pode-se registrar o maior número de experimentos econômicos e sociais e uso e qualificação da propriedade, desde os restos da propriedade feudal à propriedade burguesa, da propriedade coletiva e socializada aos monopólios que caracterizam os sistemas capitalistas perversos.

Durante todo este período, ricos e variados testes foram feitos à propriedade e ela continuou sendo motor importante da história de povos e nações.

Não é apenas o caráter, privativo ou não, da propriedade que determina parte substancial do movimento econômico e social, mas a sua finalidade e a possibilidade de acesso à mesma.

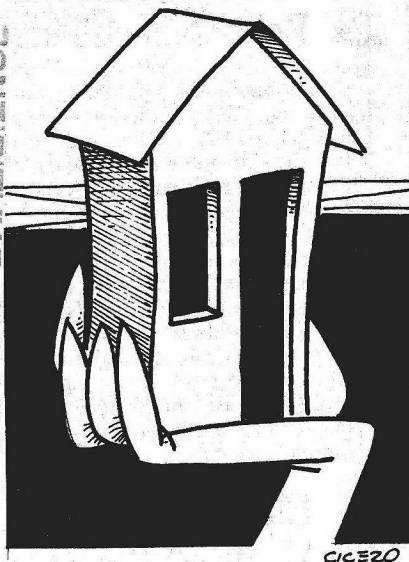
A Constituição brasileira diz em seu artigo 5º que “é garantido o direito de propriedade e ainda” que a “propriedade atenderá à sua função social”.

Como homens públicos, devemos nos colocar com clareza como defensores de uma proposta política dirigida à viabilização desse direito, criando os instrumentos práticos que garantam a democratização da propriedade.

Começemos pela propriedade territorial, seja ela urbana ou rural. Entendemos que o que nos sobra, ao contrário dos países desenvolvidos, é terra e não capital. A terra entretanto está em poucas mãos em um país tão grande como o Brasil, e pouco utilizada dentro das nossas necessidades sociais.

A começar pelo Distrito Federal, propomos com clareza a regularização da questão das terras, rurais e urbanas, quando nos colocamos favoráveis à titulação dos que detêm hoje o seu uso e posse, sob as mais variadas formas de ocupação.

CORREIO BRAZILIENSE



Portanto, aos que estão nos programas de assentamento e concessão de uso, deve ser concedida a escritura definitiva, dentro das condições que formulo em projeto de minha autoria e que tramita neste momento na Câmara Legislativa. Aos produtores rurais, a titulação definitiva, como princípio geral, deve ser estabelecida na Lei Orgânica, regulamentando-se este dispositivo mediante instrumento complementar, também pela Câmara.

No âmbito econômico, a democratização da propriedade ocorrerá, não simplesmente com as regras de livre mercado como se costuma crer, mas ao organizarmos a economia brasileira privilegiando as micro e pequenas empresas.

Na verdade, entretanto, a consolidação de semelhante processo de democratização só se dará à medida que:

1) Em relação ao campo, o Estado cumpra o seu papel constitucional de fomentador da produção agropecuária e organizador do abastecimento de alimentos, a partir da economia de micro e pequena escalas em termos de propriedade, de média escala em termos de socialização dos equipamentos essenciais e de larga escala em termos de programas propostos.

2) Quanto à propriedade territori-

al urbana, essa democratização seja respaldada, de fato, com um programa habitacional, que se baseia nas normas modernas do desenvolvimento urbano e em um sistema construtivo, que não transforme os órgãos públicos do setor em especuladores ou agentes acima dos poderes e das leis, e que tenham como finalidade precípua assegurar condições para que os brasileiros tenham, de fato, habitação digna.

3) Quanto à democratização da propriedade no campo econômico, as empresas individuais, as micro e as pequenas empresas sejam verdadeiramente valorizadas, a partir de mecanismos legais e institucionais de apoio ao seu desenvolvimento, principalmente quanto à redução de tributos, e de apoio técnico e financeiro por intermédio de instrumentos como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), aplicado corretamente e sob a fiscalização da sociedade pelo Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO), em fase final de aprovação pelo Congresso Nacional, tendo-se como premissa uma verdade indiscutível: esse setor, além de ser genuinamente nacional, é o maior gerador de emprego.

Tudo isso, no entanto, não se faz com um passe de mágica. É preciso muita coragem para mudar, para fazermos a nossa **perestroika**. É por isso que tenho insistido nessas propostas, como pontos programáticos, desde a campanha eleitoral, como deputado, e agora como militante do PDT, ao levá-las para discussão, ao seu 3º Congresso Nacional, a iniciar-se em dezembro, no Rio de Janeiro.

No momento em que a credibilidade do nosso povo, nas instituições e nos governantes, é escassa, acredito que a proposta de democratização da propriedade será um grande estímulo, mais que psicológico, para o Brasil superar uma etapa e projetar-se ao futuro.

■ Salviano Guimarães, deputado distrital pelo PDT, é presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal